



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº164/2023

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **GTX ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.300.342./0001-13, Sítio a AV. Rio Branco Nº 2378, Bairro Setor 01, JARU/RO, CEP:76.890-000, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Rafael Campioto de Carvalho, brasileiro, portador do CPF: 000.726.832.-79, residente e domiciliado na cidade de Jaru/RO, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato visa contratação de pessoa jurídica ou pessoa física, com formação em arquitetura ou engenharia civil para prestação de serviços de elaboração do plano de prevenção contra incêndios (PPCI), do Cine Teatro Municipal 27 de Junho - Professor Antônio Joaquim Bento, conforme edital de Pregão Eletrônico 63/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total da prestação dos serviços objeto do presente contrato é de R\$ 4.290,00 (Quatro Mil, Duzentos e Noventa Reais).

Lote	Item	Quant.	Un.	Cód.	Descrição	Valor de referência máximo unitário
1	1	1	un	68292	ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO DE PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (PPCI) CINE TEATRO MUNICIPAL	R\$ 4.290,00
Valor total global máximo R\$ 4.290,00						

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 O prazo de prestação dos serviços será de 30 (trinta) dias, para apresentação do protocolo junto ao Corpo de Bombeiros, a contar do recebimento da ordem de serviço, que será emitida após o empenho, pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, e de mais 30 (trinta) dias, para apresentação da aprovação do projeto.

3.2 A contratação conterá os seguintes itens:

- Levantamento "in loco" da edificação, para conferência e atualização, assim como, verificação das condições existentes quanto aos espaços e seus equipamentos e necessidades de regularizações;
- Elaboração do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio, conforme legislações e normas específicas;
- Na elaboração do PPCI deverá ser considerado todos espaços construídos, inclusive circulações, pátios e acessos;
- Apresentação de ART ou RRT (Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica) pela elaboração de projeto, devidamente quitada;
- Aprovação do respectivo Plano, junto ao Corpo de Bombeiros. Para aprovação do projeto, deverão conter itens necessários, conforme normas, tais como: Formulário do imóvel, memória de cálculo, memorial descritivo, laudo com registro fotográfico das condições atuais, laudo quanto aos materiais e suas resistências ao fogo, entre outros;



f) Elaboração de Orçamento Discriminado dos serviços e materiais necessários à implantação do PPCI; deverão ser utilizados códigos SINAPI para os referidos itens. Em caso de cotação de mercado, serão necessários 3 (três) orçamentos distintos, para validação de cada item.

g) Elaboração de Cronograma Físico-Financeiro da respectiva execução

3.3 Os serviços deverão ser realizados de acordo com o indicado na Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura.

3.4 Os protocolos deverão ser entregues junto ao setor técnico da SMEEC, contendo a documentação, bem como uma cópia do material gráfico objeto do protocolo.

3.5 A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser entregue na Secretaria solicitante do serviço ou para o fiscal responsável pela Secretaria.

3.6 A contratada deverá entregar a seguinte documentação:

a) ART ou RRT – Anotação / Registro de Responsabilidade Técnica, quitada pela elaboração do projeto, inclusive orçamento; Dois (02) jogos completos (material gráfico dos projetos e seus anexos em mídia gravável –word, excel, Autocad, Revit e PDF), com as respectivas assinaturas, aprovado junto ao Corpo de Bombeiros e Certificado de Conformidade original;

b) Planilha orçamentária discriminada de todos os serviços necessários para a execução do PPCI, apresentando os custos separados de material e mão de obra de cada serviço (códigos SINAPI ou cotação de mercado com 3 (três) orçamentos distintos);

c) Cronograma físico-financeiro para a implantação do PPCI;

3.7 A contratada deverá indicar responsável técnico, durante o período de vigência, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

4.1 O pagamento do serviço será realizado em duas parcelas, a primeira, de 30% do valor, após a apresentação do protocolo e planilhas orçamentárias e a segunda, com os 70% restantes após a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, com a emissão dos respectivos Certificados de Conformidade. Os protocolos deverão ser entregues junto ao Núcleo de Projetos da SMEEC, contendo a documentação do prédio, bem como uma cópia do material gráfico objeto do protocolo. Poderão ser suspensos ou parciais os pagamentos caso sejam apontados qualquer irregularidade ou o não cumprimento de serviços.

4.1.1 O pagamento será realizado através de transferência bancária, cuja titularidade da conta deverá ser da CONTRATADA com CNPJ ou CPF idêntico ao utilizado no Processo de Licitação.

4.1.2 Todas as notas fiscais emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão a fim de se agilizarem os trâmites de liberação do documento fiscal para pagamento.

4.3 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato de que trata o presente Edital.

4.4 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços se o mesmo está seguindo todas as exigências contidas no edital e seus anexos, através de servidor designado;

b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal e demais documentos solicitados pela Municipalidade, devidamente atestadas pelo setor competente.

c) A Prefeitura, através da SMEEC designará, um responsável para atuar como fiscal do contrato, que acompanhará a execução dos serviços objeto do edital e demais anexos, que deverá registrar toda e qualquer ocorrência e/ou deficiência verificada ao longo do período de vigência, em relatório específico para este fim, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

18.2 São obrigações da CONTRATADA

São obrigações da contratada:

a) É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA as despesas com pessoal para execução dos respectivos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.



- b) Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da Contratante;
- c) Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;
- d) Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;
- e) Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;
- f) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- g) Iniciar os serviços na data apazada;
- h) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATO

6.1 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2 Caso o serviço a ser prestado não corresponda ao exigido no instrumento convocatório (edital e Anexos), a licitante vencedora deverá providenciar imediatamente a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de defesa do Consumidor.

6.3 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.5 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

6.6 Serão formalizadas tantos contratos quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes neste edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

6.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

6.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O contrato referente ao objeto desta licitação terá vigência a partir da sua elaboração vigorando pelo período de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

8.2 Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos materiais e/ou execução de serviços, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções:

8.2.1 advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

8.2.2 multa nas formas previstas no item 8.3 e 8.4;

8.2.3 rescisão de contrato;

8.2.4 suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

8.2.5 declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.

8.3 Será aplicada multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

8.4 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

8.5 As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 Nos termos da Lei nº 8.666/93 a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e cancelado do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Canguçu, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção do lance, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude ou falha na execução do contrato;

8.7 Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A rescisão desta contratação dar-se-á na forma e nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

9.2 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

10.1 O presente contrato decorre do **Pregão Eletrônico 63/2023**, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93, Lei 10520/2002, Decreto 10.024/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

Orgão	Ficha	Projeto atividade	Elemento despesa
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura	4207 PF	2346	3390.36.99.0000
	4208 PJ		3390.39.15.0000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva Lizane Schroder Ledebuhr (CARGO – Professora – Matrícula 87300)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

13.2 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 05 de Junho de 2023.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGARARO
CONTRATANTE

GTX SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BF06-C554-4CB1-2689

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL CAMPIOTO DE CARVALHO ROCHA (CPF 000.XXX.XXX-79) em 06/06/2023 09:11:51
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC ONLINE RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/BF06-C554-4CB1-2689>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FFC1-3D66-D239-8C6F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 07/06/2023 09:27:36 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 09/06/2023 15:50:22
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/FFC1-3D66-D239-8C6F>